

**INVASÕES HOLANDESA NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOCIAL
SOBRE TRAÇOS DA IDENTIDADE BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1630 E 1654¹**

***DUTCH INVASIONS IN THE BRAZILIAN NORTHEAST: A SOCIAL ANALYSIS ON TRAITS
OF BRAZILIAN IDENTITY BETWEEN THE YEARS 1630 AND 1654***

Pedro Faria Domiciano Ferreira²
Simone Aparecida Alves Lima Boero³

RESUMO

Com este trabalho, objetivou-se estudar a história das invasões holandesas, entre os anos de 1630 e 1654, e verificar a importância que estas tiveram para o desenvolvimento da identidade nacional. Assim, buscou-se compreender a vida dos variados grupos que habitavam a região Nordeste, local das invasões, nesse período. Logo, a pesquisa tratou dos acontecimentos que influenciaram a população local na época. Na busca por expandir seu comércio, os holandeses chegaram a Pernambuco, no dia 14 de fevereiro de 1630. O período compreendido desse dia até a sua expulsão pelas tropas regionais foi a delimitação para se analisar as relações intergrupais na região e verificar a relação das invasões holandesas com o desenvolvimento de alguns traços da identidade nacional. As fontes de pesquisas são bibliográficas e documentais. O tema revisita a historiografia tanto nacional quanto internacional e analisa questões relevantes, as quais, contudo, pensamos serem abordadas de maneira insuficiente, como: personalidades indígenas, negras, portuguesas e neerlandesas influentes da época, questões econômicas e a discussão de aspectos que caracterizariam a identidade nacional.

Palavras-chave: identidade; Brasil Holandês; Nordeste; nacionalismo.

¹ Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv) da Academia da Força Aérea (AFA).

² Cadete Aviador do 4º Esquadrão (Turma Árion, 2024).

³ Professora de Língua Portuguesa da Academia da Força Aérea. Doutora em Estudos Literários pela FCLAR-UNESP Araraquara. E-mail: simonesaalb@fab.mil.br.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the history of the Dutch invasions, between 1630 and 1654, and to verify their importance for the development of national identity. Therefore, it sought to understand the lives of the diverse groups that inhabited the Northeast region, the site of the invasions, during this period. Consequently, the research focused on the events that influenced the local population at the time. In search of expanding their trade, the Dutch arrived in Pernambuco on February 14, 1630. The period from this day until their expulsion by regional troops was delimited to analyze intergroup relations in the region and to verify the relationship between the Dutch invasions and the development of some features of national identity. The research sources are bibliographic and documentary. The theme revisits both national and international historiography and analyzes relevant issues, which, however, we believe are insufficiently addressed, such as: influential indigenous, black, Portuguese, and Dutch figures of the time, economic issues, and the discussion of aspects that would characterize national identity.

Keywords: identity; Dutch Brazil; Northeast; nationalism.

INTRODUÇÃO

A intervenção dos holandeses no Nordeste brasileiro, no século XVII, modificou a estrutura social da região naquela época, principalmente as relações intergrupais, uma vez que as distintas populações que viviam na capitania de Pernambuco tiveram a vida profundamente abalada e foram obrigadas a escolher um lado para ficar (Vieira, 2010). Nesse sentido, o desenvolvimento de certos traços em comum pode ser atribuído aos conflitos intergrupais, pois estes desempenhariam um papel crucial na coesão social, e, desse modo, contribuiriam para a construção do sentimento de identidade nacional (Colley, 1992 apud Leite *et al.*, 2018). O objetivo deste trabalho é abordar como essas mudanças na região Nordeste influenciaram a formação da identidade brasileira. Mais especificamente, estudar como a invasão e a presença holandesa no Nordeste brasileiro, entre os anos de 1630 e 1654, teriam influenciado o desenvolvimento de certos traços da identidade brasileira, uma vez que forçaram uma reestruturação social na comunidade local.

À época, a Holanda, juntamente com outros países, tinha interesse em disputar a soberania dos mares e do comércio marítimo, especialmente devido à rentabilidade do açúcar, produto amplamente desenvolvido na região Nordeste do Brasil, no século XVII. O primeiro objetivo, então, seria a capitania nordestina de Pernambuco, região onde se produzia a maior quantidade de açúcar e, ao mesmo tempo, a parte mais próspera do império colonial português (Boxer, 1961). Por

isso, a Companhia das Índias Ocidentais⁴ estabeleceu um Conselho Político no Brasil e expandiu seu domínio na região Nordeste, começando a tentativa por Salvador, na década de 1620 e parte do Grão-Pará, porém foi um fracasso e, na década de 1630, os holandeses conseguiram invadir e se estabilizarem na capitania de Pernambuco.

Antes disso, a inimizade entre Portugal e Holanda possuía raízes que datavam de meados do século XVI. Com a unificação das Coroas Ibéricas sob a tutela do rei espanhol Filipe II, denominada União Ibérica⁵, os comerciantes holandeses ficaram impossibilitados de negociar com o Brasil (Vieira, 2011). Envolvidas na Guerra dos Oitenta anos⁶, Espanha e Holanda arrastaram esse conflito também a Portugal, que então compartilhava os inimigos dos espanhóis. Segundo Mello,

[...] Outro argumento favorável ao ataque contra o Brasil dizia respeito ao fato de que, enquanto os centros do poder espanhol no Novo Mundo estavam concentrados no altiplano, o que tornaria a ocupação tarefa complexa e onerosa, os núcleos de população portuguesa situavam-se ao longo do litoral, ao alcance do poder naval batavo. Por fim, o Brasil poderia proporcionar excelente base de operação contra a navegação espanhola no Caribe, contra a navegação portuguesa com o Oriente, sem falar na proximidade das minas de prata do Peru, cuja distância da costa brasileira era então subestimada pela cartografia (Mello, 2009, p. 17).

A análise de tais acontecimentos será importante para compreender as motivações que levaram a Companhia das Índias Ocidentais a invadir Pernambuco. Nesse contexto, a referida análise contribuirá para esclarecer se esses eventos históricos tiveram algum impacto, seja direto seja indireto, no desenvolvimento de certos traços da identidade. Uma vez que, como afirma Hugo Coelho Vieira:

[...] Os homens que lutaram no período inicial da ocupação holandesa em que abordamos não foram, em sua maioria, formados e treinados profissionalmente, pois não faziam parte de um exército com identidade nacional definida, salário mensal e aperfeiçoamento tático regular (Vieira, 2011, p. 17).

Compreender a diferença entre a regência dos portugueses e a dos holandeses na região Nordeste é entender como os habitantes locais viviam e como sua cultura, economia e sentimentos mudaram, após a invasão. A diversidade nacional resulta, em boa parte, da forma como se conjugam os vários elementos constitutivos de suas sucessivas expressões históricas (Mattoso,

⁴ A Companhia das Índias Ocidentais foi uma empresa de comércio holandês, fundada em 1621, um dos seus objetivos era acabar com o monopólio econômico de Portugal e da Espanha, através da colonização e comércio mediante a conquista militar de territórios, principalmente, nos continentes africano e americano (Boxer, 1961).

⁵ Com a morte de D. Sebastião e a de seu sucessor, o cardeal D. Henrique, sem deixar herdeiros, a dinastia de Avis findou-se. Devido à crise sucessória, aconteceu a formação da União Ibérica de 1580 a 1640, com a Espanha passando a governar Portugal e suas colônias (Pimentel, 2006).

⁶ A Guerra dos Oitenta Anos, também chamada de Revolta Holandesa, diz respeito ao movimento de independência dos Países Baixos do domínio da Casa de Habsburgo, que teve início por volta do século XVI.

1998). A identidade nacional, tal como existe hoje, resulta de um processo histórico que passou por diversas fases até atingir a expressão que conhecemos atualmente (Mattoso, 1998). Nesse sentido, a identidade nacional é um processo longo e complexo que nunca estará realmente concluído, mas é importante conhecer alguns dos principais acontecimentos que teriam influenciado a formação de certos traços dessa identidade. As Guerras Holandesas podem ser consideradas dentro do quadro acima apontado. O exército que derrotou os holandeses foi um exército bem brasileiro, bem misturado e miscigenado (Oliveira, 2010).

Assim, este trabalho pretende investigar em que medida as invasões holandesas criaram traços da identidade brasileira. A psicologia social brasileira tem dado pouca importância ao estudo da identidade nacional, haja vista a pouca produção de artigos relacionados ao tema (Lima, Torres, Techio apud Leite *et al.*, 2018) mesmo sendo um dos fenômenos de maior impacto político dos nossos tempos (Anderson, 1991 apud Leite *et al.*, 2018). Portanto, há necessidade de se abordar esse tema, tanto para civis quanto para militares, como prevê um dos Objetivos Nacionais de Defesa: “preservação da identidade nacional, dos valores, das tradições e dos costumes do povo brasileiro” (Ministério da Defesa, 2020, p. 25). Sem mencionar que tais fatos nem sempre são conhecidos por todos os brasileiros, ou, se conhecidos, não lhes é dada a devida importância. Como afirma Frank dos Santos Ramos:

Ocorre, por conta disso, a omissão de dados fundamentais na formação social, principalmente relacionados à miscigenação étnica, posto que não seria interessante ressaltar a falta de mulheres brancas e a conseqüente importância dos mamelucos no processo de estabelecimento nas terras do Novo Mundo, fato este pouco ou nada presente na bibliografia referente ao ensino fundamental e médio (Ramos, 2006, p. 4).

Se a história é uma trama que envolve a relação do homem com o mundo, por meio da historiografia podemos vislumbrar um pouco dessa aventura (Vieira, 2010). Logo, esta pesquisa visa responder à seguinte pergunta: **A presença holandesa no Nordeste brasileiro, compreendida entre os anos de 1630 e 1654, teria ajudado a desenvolver certos traços da identidade nacional?** Para tanto este trabalho norteia-se pelos objetivos específicos de descrever a rivalidade entre Portugal e Holanda no comércio marítimo, principalmente pautado sob a ótica da cana de açúcar; identificar os fatores que envolvem a identidade nacional e o seu desenvolvimento na sociedade; analisar as mudanças sociais na capitania de Pernambuco após a conquista pelos holandeses, e, por fim, demonstrar o envolvimento dos diversos grupos que viviam na região, portugueses, holandeses, índios e negros, nos conflitos da região.

1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com o intuito de descrever a rivalidade política entre Portugal e Holanda, causa da invasão holandesa e por isso base de todos os acontecimentos que influenciaram no desenvolvimento de certos traços da identidade nacional, utilizou-se principalmente o escritor e historiador Evaldo Cabral de Mello. O autor destaca os motivos que levaram os holandeses a tentarem conquistar o Brasil, incluindo aspectos econômicos, geopolíticos e religiosos. Ele explora os principais acontecimentos envolvidos na invasão holandesa e mostra aspectos importantes que desempenharam papéis significativos no contexto da ocupação. Para isso, adota uma repartição em três períodos, sendo eles: uma fase inicial (1630-1637), marcada por conquistas para os holandeses e resistência por parte dos luso-brasileiros, que será dividida em outras duas partes, o impasse militar (1630-1632) e ruptura do impasse militar (1632-1637); um período subsequente de paz (1638-1645), frequentemente associado ao governo nassoviano; e uma etapa final de guerra (1645-1654), caracterizada pela perspectiva luso-brasileira de restauração e pela repressão do levante restaurador na ótica neerlandesa (Mello, 2009).

Auxiliando na contextualização do conflito na região Nordeste, utilizou-se também o historiador brasileiro Capistrano de Abreu. O autor relata, em um dos capítulos do seu livro **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**, as guerras flamengas, outro nome pelo qual é chamado o conflito entre os holandeses e a Coroa Ibérica. Neste capítulo, o autor lança luz sobre a série de acontecimentos que ocorreram na região Nordeste desde a chegada dos invasores.

Visando contextualizar as tensões na Europa que influenciaram na vinda dos holandeses para o Brasil, tais como a formação do Império Ibérico e a Guerra dos Oitenta anos, foram visitadas obras de autores nacionais e internacionais, Helen Ulhôa Pimentel e Geoffrey Parker. O professor e escritor Geoffrey Parker (1977) esclarece as causas multifacetadas, incluindo tensões religiosas entre o protestantismo e o catolicismo, queixas econômicas e aspirações políticas pela autonomia com o intuito de elucidar os fatos que permeiam a extensa Guerra dos Oitenta anos. Parker destaca as dimensões internacionais, com o conflito que envolvia várias potências europeias, incluindo Inglaterra, França e o Sacro Império Romano, e mostra que o impacto da guerra reverberou além dos Países Baixos, pois influenciou o curso da política e da guerra na Europa (Parker, 1977).

A análise abrangente de Parker lança luz sobre as complexidades da Revolta Holandesa e possibilita a compreensão do declínio do poder espanhol e da ascensão da República Holandesa como uma potência comercial e marítima. Para Mello (1987), isso foi um grande fator motivador para a posterior invasão do Nordeste brasileiro pela Companhia das Índias Ocidentais.

Quando, no decênio final do século XVI, os Países Baixos consolidaram militarmente na Europa sua independência da Espanha, a ofensiva batava desdobrou-se em ofensiva ultramarina visando à destruição das bases coloniais da riqueza e do poderio ibéricos. Nos primeiros anos do século XVII, a Companhia das Índias Orientais (VOC), sociedade de ações operando mediante monopólio outorgado pelo governo neerlandês, promoveu o comércio e a colonização na Ásia em detrimento da presença espanhola e portuguesa naquela parte do mundo. A partir da fundação em 1621 da Companhia das Índias Ocidentais (doravante referida também pelas suas iniciais holandesas, WIC, ou “West Indische Compagnie”), idêntico modelo institucional foi adotado para as Américas e para a costa ocidental da África (Mello, 1987, p. 8).

Além da historiografia envolvida nas invasões holandesas, outro fator importante para o desenvolvimento desta pesquisa foi identificar o que se pode categorizar como certos traços de identidade nacional. Para isso, as literaturas do teórico José Mattoso e do sociólogo Eldo Lima Leite serviram de apoio, além de artigos variados sobre identidade nacional. Segundo José Mattoso (1998), a identidade nacional deve ser tratada como qualquer outro objeto, individual ou coletivo e, para analisar a identidade, o autor utiliza-se da teoria do especialista da psicologia social Erik Erikson. Nesse viés, deve-se, portanto, seguir alguns princípios: 1) distingui-lo de qualquer outro objeto; 2) atribuir-lhe um significado; 3) conferir-lhe um valor.

Segundo Leite (2018), a identidade nacional, na ótica da psicologia social, pode ser abordada a partir da teoria da Identidade Social. A identidade social pode ser definida como a parcela do autoconceito individual que deriva do conhecimento de pertencer a um grupo, juntamente com o valor associado a esta pertença e o seu significado emocional (Tajfel, 1981 apud Leite *et al.*, 2018). Nesse sentido, a teoria da Identidade Social foi utilizada aqui para auxiliar na análise de traços da identidade nacional.

Outras obras foram utilizadas com o intuito de fornecer dados mais precisos para a pesquisa, que tratam da identidade nacional inserida no contexto das Invasões Holandesas. Para isso, foram consultados autores como Hugo Coelho Vieira, Hiago Brasil Barros Rolim e Charles Ralph Boxer. Como afirma Boxer em sua obra, **Os Holandeses no Brasil**, esse livro é destinado

[...] a todos quantos se interessam pelos caminhos ínvios (ou mesmo pelos becos sem saída) da história colonial. Mas poderá merecer também a atenção dos que estejam interessados

em assuntos mais vastos, tais como as lutas entre raças e religiões, ou a influência do poder marítimo na guerra colonial (Boxer, 1961, p. 20).

Conforme descrito na dissertação de Hugo Coelho Vieira, **O teatro da guerra e a invenção do Brasil Holandês**, é, por meio das tramas vividas por homens que lutaram no Pernambuco colonial que será constituído o enredo que retrata a luta dos soldados e a tentativa de reconquista da capitania de Pernambuco e a influência da coroa espanhola no cotidiano desses homens de guerra. Assim a análise da vida dessas pessoas serve para a compreensão da história social desse período (Vieira, 2010). Esse enredo, mediante a teoria da Identidade Social, possibilitou analisar traços da identidade nacional que teriam sido construídos na época em análise.

1.2 METODOLOGIA

Para a pesquisa foram utilizados instrumentos qualitativos para coleta e análise de dados. Sendo assim, está pautada em uma revisão bibliográfica, em que se pesquisaram, na literatura brasileira, britânica, portuguesa e holandesa, os acontecimentos envolvidos na invasão holandesa no Brasil, no período compreendido entre os anos de 1630 e 1654, e os antecedentes relacionados a essa invasão, tais como a formação da União Ibérica. Houve, ainda, uma análise documental, com o intuito de determinar se este tema seria relevante e se encaixaria em um dos Objetivos Nacionais de Defesa.

2 CONTEXTO DA INVASÃO

Para se entender a invasão da Holanda no Nordeste brasileiro, faz-se necessário compreender o contexto da época e a relação, principalmente, entre 3 países: Holanda, Portugal e Espanha. Nesse sentido há a necessidade de se analisar a unificação de Espanha e Portugal na chamada União Ibérica, período que vai de 1580 a 1640. Há, ainda, a necessidade de se entender o conflito entre Espanha e a região que viria a constituir os Países Baixos, conhecido como a Guerra dos Oitenta Anos. Por fim, compreender os motivos pelos quais o Nordeste brasileiro tornou-se alvo de invasão da WIC (Companhia das Índias Ocidentais).

2.1 FORMAÇÃO DA UNIÃO IBÉRICA

A formação da União Ibérica é decorrente da vacância do trono português, após o desaparecimento em 1578 de D. Sebastião, durante a batalha de Alcácer-Quibir, e a morte de D. Henrique, no ano de 1580, último descendente direto da dinastia de Avis.

A tragédia de Alcácer Quibir, também conhecida como Batalha dos Três Reis, que ceifou a vida do rei português D. Sebastião e de um número excessivamente grande de nobres e soldados, deixou incertezas no povo português e provocou uma crise na monarquia. Como D. Sebastião não deixou herdeiros, a regência do reino foi então passada ao seu tio-avô D. Henrique, que também faleceu após dois anos, em 1580, encerrando, por conseguinte, a dinastia de Avis (Pimentel, 2006).

Nessa abstinência de um governante, muitos pretendentes se manifestaram para ocupar o trono. Destacaram-se dos demais Filipe II, rei da Espanha, e D. Antonio, filho ilegítimo do infante D. Luiz, irmão de D. Sebastião e D. Catarina, Duquesa de Bragança. Na disputa pelo trono português, cada candidato se valeu de argumentos jurídicos e do apoio de renomados juristas para fortalecer sua reivindicação. Entre os pretendentes, Filipe II de Espanha se destacou por sua astúcia. Ele explorou seu parentesco com a realeza portuguesa e utilizou documentos e tratados históricos da Torre do Tombo para embasar sua pretensão. Essa estratégia, aliada à força militar espanhola, garantiu o trono a Filipe II e o início da União Ibérica em 1581 (Pimentel, 2006).



Figura 1 - Filipe II retratado por Ticiano, 1550

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Filipe_II_de_Espanha. Acesso em: 10 mar. 2024.

Com a junção das coroas espanhola e lusitana, Portugal herdou, também, durante esse período, os inimigos dos espanhóis, dentre eles, a Holanda. O português permaneceria como língua oficial, a moeda, as receitas e as despesas públicas permaneceriam separadas, porém “a política externa passava a ser comum, o que representava uma vantagem na defesa das possessões católicas” (Campos, 1991, p. 35).

2.2 A GUERRA DOS OITENTA ANOS

A Guerra dos Oitenta Anos, também conhecida como a Revolta Holandesa, foi um conflito prolongado e crucial na formação dos Países Baixos como um estado independente, que ocorreu entre as Províncias Unidas dos Países Baixos e o Império Espanhol, durante o século XVI e o início do século XVII. O conflito pode ser dividido em várias fases distintas devido, principalmente, à sua extensão. Houve períodos de conflitos armados, conflitos políticos e ,até mesmo, períodos de trégua (Parker, 1977).

Instigadas principalmente por motivos religiosos, econômicos e políticos, estas províncias iniciaram sua revolta contra o reino espanhol. Como afirma Parker (1977, p. 36), “*Particularism and language were but two of the problems facing the enlarged Habsburg Netherlands. Another equally serious challenge to unity was the rise of Protestantism*”⁷ (Parker, 1977).

A guerra teve início em 1568, quando as províncias holandesas, insatisfeitas com o domínio espanhol, iniciaram uma revolta liderada por Guilherme de Orange, também conhecido como Guilherme, o Taciturno. Durante os primeiros anos, as forças espanholas lideradas pelo Duque de Alba tentaram reconquistar as áreas rebeldes, o que resultou em conflitos brutais e na repressão da população protestante (Parker, 1977).

Na década de 1570, as Províncias Unidas formaram a União de Utrecht⁸ em resposta à ocupação espanhola. Essa união foi um marco importante na luta pela independência e solidificou a aliança entre as províncias rebeldes. Nos anos seguintes, os espanhóis continuaram a exercer controle sobre partes significativas dos Países Baixos, apesar dos esforços de resistência. No entanto, após a morte de Guilherme de Orange em 1584, as Províncias Unidas começaram a

⁷ “Particularismo e língua eram apenas dois dos problemas enfrentados pelos Países Baixos Habsburgos. Outro desafio igualmente sério à unidade foi o surgimento do Protestantismo” (Tradução minha).

⁸ A União de Utrecht marcou um triunfo para os objetivos políticos e perspectivas da Holanda e da Zelândia. Seu início deu-se pela assinatura, em 23 de janeiro de 1579, de um documento que consolidava a aliança e união entre as províncias rebeldes dos Países Baixos. Por meio desse documento, cada uma das províncias pactárias tinha assegurado o direito a manter as próprias tradições e receber apoio militar das demais (Parker, 1977).

recuperar terreno com o apoio de potências estrangeiras, como a Inglaterra, marcando o início da reconquista holandesa (Parker, 1977).

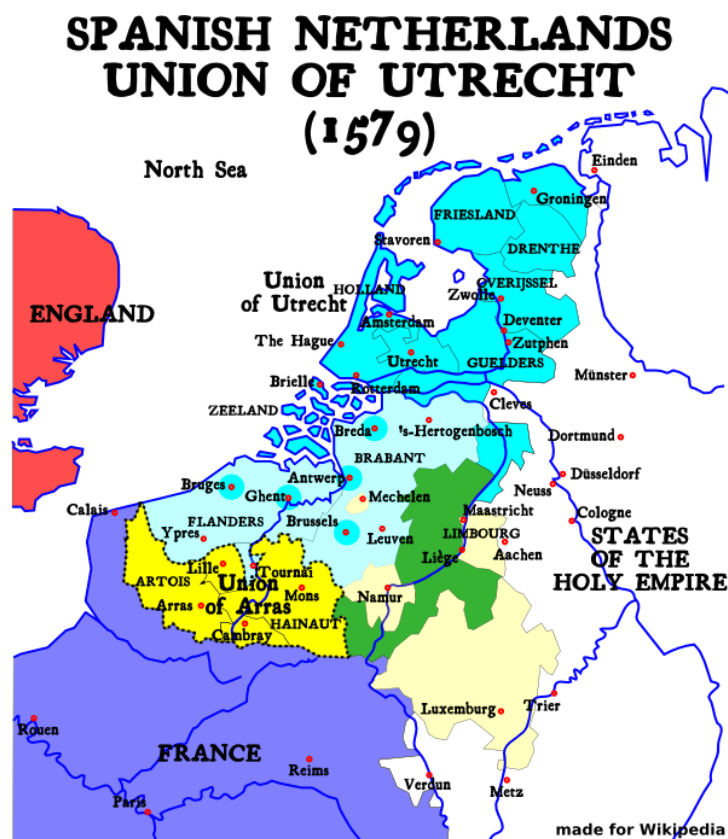


Figura 2 - Domínio espanhol na região dos Países Baixos. Nesta imagem pode-se perceber as províncias que formaram a União de Utrecht

Disponível em: <https://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2009/03/guerra-dos-oitenta-anos-independencia.html>.

Acesso em: 11 mar. 2024.

Em 1609, após décadas de combates, as partes concordaram com uma trégua de doze anos, durante a qual as hostilidades diminuíram temporariamente. No entanto, a trégua chegou ao fim em 1621, e a guerra recomeçou com renovada intensidade. Essa fase final da guerra, que durou até 1648, testemunhou batalhas cruciais e uma crescente pressão internacional pela independência holandesa. Finalmente, o conflito encerrou-se com a assinatura do Tratado de Westfália em 1648, que reconheceu formalmente a independência das Províncias Unidas e pôs fim à guerra (Parker, 1977).

Nessa perspectiva, a Guerra dos Oitenta Anos foi um conflito complexo e devastador, caracterizado por lutas pelo poder, conflitos religiosos e rivalidades internacionais. Seu desfecho não apenas alterou o destino dos Países Baixos, mas também teve repercussões significativas para a

política e a história da Europa, repercussão esta que se estendeu até às colônias dos países envolvidos, chegando a atingir até mesmo o Brasil (Parker, 1977).

2.3 BRASIL, ALVO DA WIC

O interesse dos Países Baixos pelo Brasil antedatava a criação da Companhia das Índias Ocidentais (1621) e os ataques à Bahia e a Pernambuco. Os holandeses já possuíam relações comerciais com os portugueses, quando, em 1580, houve a união do reino de Portugal com os madrilenos (Mello, 2009). Porém estas relações sofreram as consequências da união dos reinos de Portugal e Espanha sob a coroa habsburga, como afirma Evaldo Cabral de Mello:

O que existe de concreto é que navios holandeses, apenas disfarçados em embarcações pertencentes a comerciantes portugueses, assumiram uma proporção substancial do tráfego entre o Brasil e a Europa e que essa participação continuou a crescer, a despeito da união das coroas portuguesa e espanhola (1580) e dos vários embargos decretados pelos soberanos peninsulares contra navios neerlandeses em portos ibéricos (Mello, 2009, p. 165).

Nesse viés, é evidente que uma estratégia adotada pelos holandeses para contornar o embargo espanhol era o disfarce de seus navios que atracavam nos portos brasileiros. Além disso, grande parte da rixa entre Portugal e Holanda surgiu da condição de conflito entre Espanha e os Países Baixos, uma vez que a política externa agora era compartilhada entre as duas nações ibéricas (Campos, 1991, p. 35). Conflito este que teve início antes da unificação das coroas e durou oitenta anos, sendo essa característica a qual o tornou internacionalmente conhecido como a Guerra dos Oitenta Anos, conforme elucidado anteriormente.

A invasão holandesa ao Nordeste brasileiro ocorreu no mesmo período da Guerra dos Oitenta anos. Já na fase final da guerra, em que os Países Baixos se firmavam como uma grande potência marítima, a Holanda tinha uma grande variedade de motivos para ter o Brasil como alvo (Mello, 2009).

Do ponto de vista de quem fomentava a guerra, o Brasil representava o alvo de maior facilidade para o ataque holandês, como afirma Evaldo Cabral de Mello em sua obra, **O Brasil Holandês**, “A América portuguesa constituiria o elo frágil do sistema imperial castelhano, em vista da sua condição de possessão lusitana, o que conferia à sua defesa uma posição subalterna na escala das prioridades militares do governo de Madri” (Mello, 2009, p. 17).

Além da perspectiva militar, existia também a oportunidade de os Países Baixos obterem grandes lucros nessa ofensiva. Esses lucros seriam decorrentes principalmente da cana de açúcar, altamente valorizada na Europa, mas também advindos de outras mercadorias como o pau-brasil. Para isso, a WIC deveria se concentrar em 2 principais lugares, Bahia e Pernambuco (Mello, 2009).

3 INVASÃO DE PERNAMBUCO (1630-1654)

A escolha de atacar Pernambuco foi extremamente simples para os holandeses, já que estavam excepcionalmente bem informados sobre as circunstâncias daquela capitania (Boxer, 1961). Além disso, era de conhecimento da WIC que as defesas portuguesas estavam enfraquecidas na região de Recife e Olinda. Como afirma Boxer:

Pelas cartas do governador, Matias de Albuquerque, interceptadas durante a campanha da Bahia, ficaram eles conhecedores de que as fortificações de Olinda e Recife estavam desaparelhadas. Albuquerque dava também conhecimento de que a milícia local não excedia a 400 homens pouco experimentados, na sua maioria cristãos-novos, em que se não podia depositar confiança (Boxer, 1961, p. 67).

A determinação de atacar Pernambuco foi feita no final de 1628 e início de 1629, mas apenas em junho a frota, liderada pelo almirante Hendrick Cornelisz Loncq, dirigiu-se ao Brasil. Compunham a armada 67 unidades, transportando 7 mil homens e a chefia das forças de terra, confiada ao coronel Diederick van Waerdenburch, veterano da Guerra dos Trinta Anos (Mello, 2009).

Da defesa de Pernambuco foi incumbido Matias de Albuquerque, enviado de volta ao Brasil em 1629, denominado superintendente da guerra em Pernambuco e demais capitânias de Pernambuco pelo governo de Madri. Matias dividiu suas tropas pouco numerosas e inexperientes entre Olinda e Recife, porém não pôde resistir ao avanço dos holandeses (Mello, 2009).

Olinda foi conquistada tão rapidamente que, nas palavras de frei Manuel Calado do Salvador, contidas no livro **O Brasil Holandês**, “[...] Já os que habitavam em lugares distantes, quando souberam a nova, suposto que com muita pressa partiram de suas casas, não puderam chegar senão depois que a terra estava entrada e rendida” (Mello, 2009, p. 36).

Já o povoado de Recife, que se encontrava desesperançoso da vitória contra os holandeses, visto o ocorrido em Olinda, começou desguarnecer Recife e queimar o que havia de riquezas no povoado (Mello, 2009). Nas palavras de Duarte de Albuquerque Coelho, contidas na obra de Mello,

[...] Vendo ele (Matias de Albuquerque) este estado de coisas e que por absoluta falta de gente não se podia defender a povoação do Recife e que poucos dias conseguiam conservar os dois forte, resolveu (e acertadamente) queimar aquela povoação, depósito de todo açúcar que havia e do mais; e assim todos os navios que o tivessem, encalhando os outros no canal, para que os inimigos não pudessem entrar no dia seguinte (Mello, 2009, p. 40).

Apesar do empenho de Matias de Albuquerque na tentativa de defender a capitania, o exército montado às pressas, para defender Olinda e Recife, não foi capaz de superar o potente exército holandes. Por isso, nas palavras de Mello (2009, p. 37), “ o general Matias de Albuquerque com sua gente, cada um por sua parte e pelos caminhos que acharam mais acomodados, se retiraram para o sertão e para os engenhos e fazendas mais vizinhas da várzea e Apipucos”. Este trecho demonstra que, apesar de Matias ter perdido a batalha e conseqüentemente o domínio de Recife e Olinda, os holandeses não expandiram seu ataque além desses dois núcleos, as áreas ao entorno, portanto, permaneceram fora do alcance holandês.

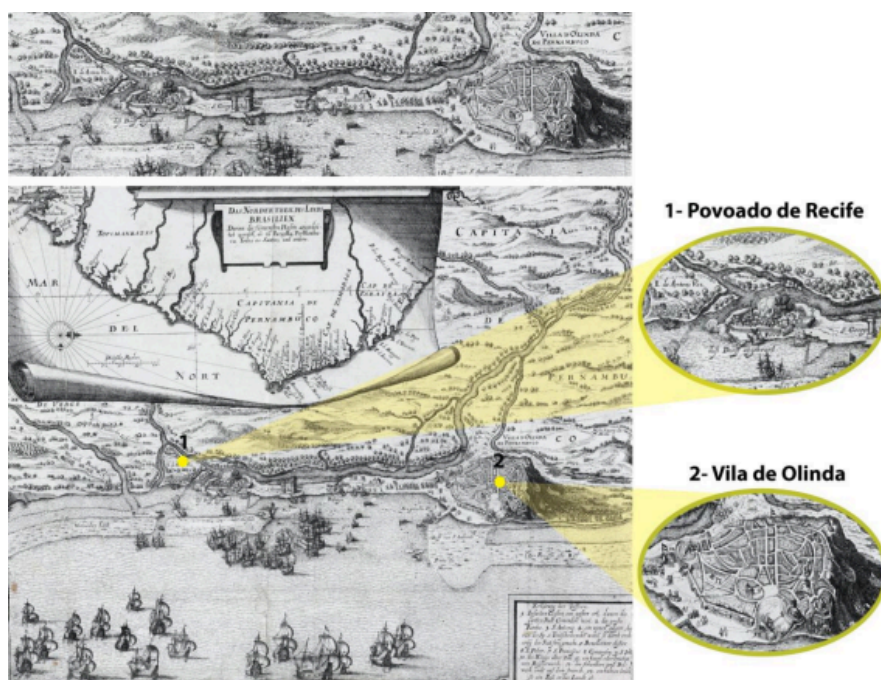


Figura 3 - Imagem da Tomada do Recife em 1630. Nesse mapa pode-se perceber a discrepância da estrutura urbana entre Olinda e Recife. Acima dessa gravura pode-se ver a extensão da capitania de Pernambuco.

Disponível em: <http://www.tede2.ufpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/4736/2/Hugo%20Coelho%20Vieira.pdf>. Acesso

em: 10 mar. 2024.

3.1 O IMPASSE MILITAR (1630 - 1632)

Com a perda de Olinda e Recife, a Coroa Ibérica estava despreparada para reagir ao ataque holandês, por isso, a única medida tomada foi acudir a resistência com soldados, armas e munição, porém não foi enviada uma armada restauradora (Mello, 2009). Na incapacidade da Coroa de subsidiar a Restauração Pernambucana, coube à oligarquia do açúcar financiar a retomada de Pernambuco (Vieira, 2011). Segundo Mello (2009, p. 41), “A guerra de guerrilhas era, portanto, a única opção de imediato”. João Capistrano de Abreu complementa:

A falta de armamentos apropriados, a escassez e por fim a carência completa de pólvora limitaram as operações à arma branca, à flecha, ao combate singular, à tocaia; as companhias de emboscada, em número de trinta, composta cada uma de poucas dezenas de combatentes, pelo subitâneo da aparição nos lugares mais diversos, mantiveram o inimigo sobressaltado; a multiplicidade dos assaltos, quase sempre coroados de êxito, alimentava a coragem e fortaleceu o espírito patriótico (Abreu, 1982, p. 86).

Após abandonar Olinda, Matias de Albuquerque adotou um sistema de defesa concentrado no chamado Arraial Velho do Bom Jesus, às margens do rio Capibaribe, mantendo os inimigos holandeses isolados, impedindo o acesso à várzea do Capibaribe, o distrito açucareiro mais próspero do Nordeste (Mello, 2009). As defesas eram distribuídas de tal forma que as forças convencionais ficavam concentradas numa praça-forte, o Arraial do Bom Jesus, e havia também postos avançados organizados em forma de meia-lua, estendidos de Olinda ao Recife. Além disso, nas áreas entre os territórios, as companhias de guerrilha patrulhavam constantemente, utilizando emboscadas e assaltos para repelir as sortidas holandesas (Mello, 2009).



Figura 4 - Imagem representativa do forte Real do Bom Jesus

Disponível em: https://cidadesfortificadas.paginas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_Forte_Bom_Jesus.pdf.

Acesso em: 06 abr. 2024.

A formação do forte Real do Bom Jesus marcou a união dos povos da região perante os invasores holandeses que se instalaram em Recife e Olinda, uma vez que guarneciam as tropas guerrilheiros dos diversos grupos étnicos que integravam o Brasil da época, como realça Evaldo Cabral Mello:

A esta altura, haviam se somado aos guerrilheiros luso-brasileiros os índios aldeados de Pernambuco e da Paraíba, inclusive os que encabeçavam um dos mais bem sucedidos capitão de guerrilhas da época, o jesuíta Manuel de Moraes, mameluco paulista que a invasão surpreendera à frente de uma dessas aldeias.

Também se veio a oferecer ao general um índio da terra, chamado Antônio [Felipe] Camarão (que era o principal e capitão de uma aldeia) com toda sua gente mui destra na flecha e no arco, e com todos seus parentes e amigos que se lhe congregaram e o elegeram por maior, por [ser] esforçado e animoso. Este tomou também sua estância no lugar mais arriscado e tanto mal fez ao inimigo que sonhava com ele de sobressalto (Mello, 2009, p. 42).

Nos próximos dois anos o conflito ficou marcado por uma guerra de desgaste, com emboscadas e táticas de guerrilhas sob o comando de Matias de Albuquerque que incapacitava os invasores de progredir no terreno e adentrar o interior da região e desgastava as tropas holandesas diariamente, como afirma Vieira (2011, p. 90), “Os conflitos feriam-se diários, houve dias de mais de um. Holandeses que procuravam faxina ou frutos, destacamentos que pelo istmo saíam de um para outro ponto, caíam em emboscadas que surdiam a cada passo”.

O conflito que se iniciou em 1630 permaneceu no impasse até meados de 1632, quando os holandeses começaram a enviar expedições navais pelo litoral do Nordeste, e aos poucos os neerlandeses conseguiram adentrar o interior. Após a conquista da ilha de Itamaracá e a construção do forte de Orange por parte dos batavos, os holandeses conquistaram então a primeira porção de terra fora do eixo Olinda-Recife, o que permitiu a eles acesso a toda região do outro lado do canal de Santa Cruz (Mello, 2009). Mello (2009, p. 47) ainda complementa: “A ilha de Itamaracá também deu acesso às frutas tropicais que permitiam aos soldados vencer o escorbuto, frutas que lhes eram negadas em Olinda-Recife pela eficácia da guerrilha”. Essa conquista dos holandeses permitiu que diminuísse a baixa dos combatentes batavos, como afirma o trecho: “Mas agora, nos últimos anos, por termos carne fresca e frutas ela não ocorre mais (ou muito raramente)” (Pudsey apud Mello, 2009, p. 48).

Outro fator importante para o avanço dos holandeses foi o apoio dado por nativos e colonos que trocaram de lado durante o conflito, como afirma Capistrano:

Até aqui saíram frustrados todos os esforços da Companhia para romper o círculo de ferro em que a envolvera Matias de Albuquerque, apenas fundara na ilha de Itamaracá o forte de Orange. Começa agora a sorrir-lhe a sorte. A 20 de abril de 32 passou para seu lado Domingos Fernandes Calabar (Abreu, 1982, p. 91).

Dotados agora de aliados que conheciam melhor o terreno, somado à superioridade bélica e ao domínio do mares, os holandeses conseguiram furar o longo período de impasse que estava afligindo grande perda à Companhia da Índias Ocidentais como afirma Pudsey em seu relato:

[...] é verdadeiramente um milagre de nossos tempos pensar que uma companhia privada de mercadores possa ser capaz de continuar esta campanha por tempo tão longo sem receber o mínimo lucro, exceto por apresar algum açúcar ao longo da costa, por diversos anos (Pudsey apud Mello, 2009, p. 58).

3.2 RUPTURA DO IMPASSE E FIM DA FASE INICIAL (1632-1637)

O objetivo neerlandês então era se apossar das demais praças-forte do litoral, só que esse feito não poderia ser alcançado enquanto o exército hispano-luso-brasileiro obtivesse apoio no interior do Nordeste e os reforços substanciais da Companhia da Índias Ocidentais não chegassem (Mello, 2009).

No final do ano de 1632, chegaram estes reforços provenientes das Províncias Unidas. Os holandeses, portanto, deram início a uma ofensiva mais vigorosa, em que se aproveitava o conhecimento de Calabar⁹ das condições do terreno. Com Calabar de guia, locais que antes eram difíceis de serem atacados, foram devastados pela ofensiva holandesa (Boxer, 1961). Segundo Capistrano de Abreu:

Entre os feitos mais notáveis inspirados por Calabar contam-se o ataque ao Igarauçu, várias incursões ao Rio Formoso, a ocupação de Afogados, séria ameaça ao arraial de Bom Jesus, entradas por Alagoas, a tomada de Itamaracá e Rio Grande. Estes últimos sucessos deixavam bem iniciada a conquista da Paraíba, agora mera questão de tempo (Abreu, 1982, p. 91).

⁹ A 20 de abril de 1632, um mulato chamado Domingos Fernandes Calabar desertava das fileiras portuguesas, passando-se para os holandeses. Natural de Porto Calvo, era um grande conhecedor da região, participou da defesa do arraial, onde se destacou em combate. Homem influente, participativo e inteligente, não poderiam os holandeses terem achado melhor guia e informante para lhes indicar os pontos fracos do inimigo (Boxer, 1961).

Para Vieira (2011), a deserção e a troca de lado durante a guerra era um problema comum tanto para o lado dos luso-brasileiros quanto para o lado da Companhia das Índias Ocidentais. A deserção era, de certa forma, uma maneira de tentar obter ascensão financeira e social, ou até mesmo fugir de uma situação arriscada, como se tornar prisioneiro de guerra. Este trecho de Richshoffer retrata essa realidade:

A 28 passaram-se para o nosso lado dois mouros com arcs e flechas. Em compensação a 8 desertou um dos nossos. Ao amanhecer de 9 os portugueses gritaram-nos, das suas fortificações para a meia lua, que fôssemos para onde estavam a fim de vermos o nosso desertor enforcado em uma árvore. A 13 passou-se para o nosso lado um braziliense. De noite saiu uma partida de escopeteiros, que receberam pão e queijo para vários dias. Guarda-se segredo sobre o que vão executar (Richshoffer, 1897, p.99).

Nesse sentido, nota-se a importância na época de angariar aliados não se importando com sua origem, como afirma Vieira (2011, p. 103), “se a espionagem e a conspiração foram elementos presentes na Guerra de Pernambuco, isso também alerta para compreensão de que os diversos setores sociais contribuíram nas lutas travadas contra os holandeses”. Os holandeses também se esforçavam em somar forças baseados na perspectiva de objetivo comum, conforme elucida Boxer:

Tinham os holandeses feito várias tentativas para entrar em contacto com os tapuias antropófagos do interior do Ceará, que eram, entre os ameríndios, os inimigos mais temidos pelos colonos portugueses. Depois da tomada do Rio Grande, estabeleceu-se estreito contacto com estes selvagens, cujo principal chefe, de nome Nhanduí, prontificou-se a colaborar sinceramente com os invasores, a cujas propostas correspondiam com o imediato massacre de alguns dos moradores locais (Boxer, 1961, p. 73).

A partir de 1632, com a ofensiva anti-guerrilha e com a chegada de reforços enviados da Holanda, Matias de Albuquerque receou que o inimigo ganhasse mais terreno e tudo mais que se havia defendido durante esses anos (Mello, 2009).

Nesse momento os planos da Companhia das Índias Ocidentais começaram a produzir resultados, e, para Mello (2009, p. 71), “chegou o momento de o exército da WIC realizar com êxito os objetivos iniciais de aplicar a superioridade naval e terrestre contra as praças-fortes portuguesas”. De tal maneira que “no fim de cinco anos o invasor mandava desde o Rio Grande até o Recife; agora resistiam-lhe apenas o arraial e o forte de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho” (Abreu, 1982, p. 92).

“Chegou agora a vez do forte de arraial que foi atacado pelos holandeses e capitulou¹⁰ em 8 de junho, após um cerco de três meses suportado com grande bravura pelos seus extenuados defensores” (Boxer, 1961, p. 83). O Arraial e o Cabo foram atacados simultaneamente, capitulados, respectivamente, em junho e julho de 1635 (Mello, 2009).

“Iniciou-se então a grande marcha daquela parte da comunidade luso-brasileira que ou não desejava sinceramente viver sob o domínio de hereges estrangeiros ou foi forçada a partir devido à pressão do comando do exército luso-brasileiro” (Mello, 2009, p. 75). Segundo Boxer (1961, p. 84), “grande número de moradores resolveram submeter-se, mas muitos outros seguiram para o sul, acompanhando Matias de Albuquerque. Calcula-se em mais de 7 000 o número de pessoas que emigraram assim, sem distinção de sexo, idade, raça ou côr”.

Com a queda do Arraial e do Cabo, só restou a Matias de Albuquerque retirar-se com os que escolheram segui-lo para Alagoas, onde planejava fortificar-se à espera de reforços militares enviados da metrópole (Mello, 2009).

Em fins de 1635, chegaram os reforços previstos. Com eles vieram a bordo Pedro da Silva, nomeado sucessor de Diogo Luís de Oliveira no governo-geral do Brasil, e Luís de Rojas y Borja, sucessor de Matias de Albuquerque no comando da resistência (Abreu, 1982). Matias, então, se retirou para a Bahia, antes de voltar a Portugal (Mello, 2009). Fato que fora ressentido por parte dos que lutaram a seu lado durante os anos que permaneceu como comandante das forças de resistência, como afirma Boxer:

[...] a sua partida foi sinceramente lamentada por muitos de seus compatriotas. Não era êle um grande comandante, mas se havia saído bem em circunstâncias singularmente difíceis e desanimadoras. Nada é mais desmoralizante, mesmo para tropas bem aguerridas, do que uma constante retirada, ou uma sucessão de recuos diante de inimigo mais poderoso, que enfileira vitórias umas após outras. E essa era verdadeiramente a posição de Albuquerque, desde a queda da Paraíba, em janeiro de 1635. Em tais circunstâncias, não devia ser nada fácil para êle comandar as suas fôrças, em que aos soldados ibéricos e italianos se juntavam auxiliares ameríndios e negros (Boxer, 1961, p. 88).

Nesse trecho de Boxer nota-se também a união dos diversos grupos étnicos que batalharam juntos contra o inimigo holandês sob o comando de Matias de Albuquerque, nas palavras de Boxer, denominados, portanto, de “compatriotas”, o que denota o sentimento de pertencimento a uma pátria. Segundo Mattoso, a identidade nacional advém da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma coletividade humana (Mattoso, 1998). Nesta perspectiva, as adversidades que

¹⁰ Aceitar uma convenção que regula as condições em que um chefe entrega ao inimigo o lugar que defende ou a tropa que comanda; entregar-se por capitulação (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2021).

essa tropa passou durante o conflito, sob o comando de Matias, fortaleceu o sentimento de coletividade nesses indivíduos.

D. Luís de Rojas y Borja, permaneceu pouco tempo no comando da resistência. Na batalha de Mata Redonda (1636), o general espanhol veio a falecer, o conde Bagnuolo então foi enviado para substituí-lo e iniciou uma tática de ataques incendiários aos canaviais e engenhos no interior de Pernambuco, de modo a impedir que a Companhia das Índias Ocidentais tirasse proveito econômico do triunfo militar (Mello, 2009). Porém tal tática, nas palavras de Mello (2009, p. 88), “tornou o exército de resistência crescentemente impopular junto à comunidade luso-brasileira que havia optado por permanecer no Brasil holandês”.

Do lado holandês, a Companhia das Índias Ocidentais achou um bom momento de nomear um governador-geral, como forma de consolidar as conquistas e fazer com que a colônia se mantivesse às próprias custas. Para o cargo foi escolhido João Maurício de Nassau-Siegen (Boxer, 1961).

3.3 GOVERNO NASSOVIANO NO BRASIL HOLANDÊS (1637-1644)

Os sete anos de governo de João Maurício de Nassau-Siegen¹¹ caracterizaram-se por relativa paz entre dois períodos de guerra, assemelhando-se a uma espécie de Idade de Ouro do Brasil holandês (Mello, 2009).

Segundo Boxer (1961), tão logo chegou ao Brasil, o recém nomeado governador já se tomou de amores pela região. Em sua primeira carta aos diretores da WIC, escrita em 3 de fevereiro de 1637, descrevia o país como “un de plus beaux du monde”¹². Durante sua permanência no Brasil, essa afeição pelo Novo Mundo tropical nunca deixou de ser exaltada por Nassau.

Na vinda para o Brasil, Nassau trouxe consigo uma comitiva de pintores e cientistas, pagos do seu bolso, com o objetivo de documentar a vida na colônia, suas raças, fauna e flora (Mello, 2009).

¹¹ João Maurício não possuía nenhuma experiência colonial, mas vinha de uma das famílias mais famosas da Europa, tendo recebido educação da mais alta classe. Demonstrou maior inclinação para os estudos humanísticos do que para a teologia calvinista, apesar de ser protestante. Iniciou de maneira prematura na carreira das armas e interrompeu os estudos sendo enviado para participar da guerra dos Trinta Anos (Boxer, 1961).

¹² “uma das mais lindas do mundo” (Tradução minha).



Figura 5 - Índios Caçando e Lutando, 1667. Óleo sobre madeira confeccionada pelo paisagista Frans Post, um dos artistas que embarcaram com Maurício Nassau em sua vinda para o Brasil
Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra24412/indios-cacando-e-lutando>. Acesso em: 09 abr. 2024.

Logo na sua chegada, Nassau iniciou uma campanha para reconquistar Porto Calvo, na qual foi vitorioso, forçando o exército de resistência para o sul do rio São Francisco. Nassau, então, edificou um forte no vilarejo de Penedo, o qual foi batizado com seu nome (Mello, 2009). Segundo Boxer (1961, p. 100), “toda a capitania de Pernambuco estava agora livre do inimigo, que se retirara para Sergipe, onde João Maurício não fez nenhuma tentativa para persegui-lo”.

De regresso ao Recife, encetou as duas grandes tarefas que lhe haviam sido confiadas: a organização administrativa do Brasil holandês e a reativação da economia açucareira depois de sete anos de guerra (Mello, 2009, p. 93). Para isso, o sistema de administração municipal herdado do domínio lusitano foi mantido, agora com o nome de Câmara de Escabinos, do qual participavam luso-brasileiros e batavos. A diferença consistia em que a escolha dos vereadores dependia da aprovação final de Nassau. A divisão em capitanias também foi mantida, as quais passaram a ser governadas por um diretor nomeado pelo Alto e Secreto Conselho (Mello, 2009).

Nassau também tratou de assegurar o suprimento de mão de obra escrava aos engenhos do Nordeste, uma vez que havia grande desfalque decorrente dos anos de guerra (Mello, 2009). Para isso, buscou conquistas na África, como afirma Mello (2009, p. 96): “A conquista de Elmina, possessão portuguesa da costa ocidental da África, visou precisamente garantir o suprimento de

escravos ao Brasil holandês, embora só a conquista de Luanda em 1641 conseguisse alcançar plenamente esse objetivo”.

Outra medida de Nassau foi proceder com a venda financiada dos engenhos cujos proprietários haviam emigrado, confiscando-os e revendendo-os (Mello, 2009). De acordo com Mello (2009, p. 96), “dos 160 engenhos existentes no Nordeste quando da invasão holandesa, quase a metade deles havia sido abandonada pelos seus proprietários luso-brasileiros”.

Nassau julgou que o forte montado no rio São Francisco não mais garantia a segurança na região sul do Brasil holandês, concluiu, por isso, que a existência do governo-geral do Brasil em Salvador, que fomentava incursões dos campanhistas luso-brasileiros, representava uma ameaça, a menos que a Bahia fosse também conquistada (Mello, 2009). Segundo Boxer:

Tornava-se agora perfeitamente claro que enquanto o Recife estivesse nas mãos dos holandeses, e a Bahia nas dos portugueses, nem uns nem outros poderiam achar-se em segurança nas duas metades do Brasil que tinham respectivamente sob seu poder (Boxer, 1961, p. 121).

Nassau, com sua força de 3.600 europeus e 10.000 ameríndios, embarcou em trinta navios, no dia 8 de abril de 1638, partindo de Recife. As tropas desembarcaram sem encontrar oposição, e não houve dificuldade em conquistar os fortes fora da cidade. Porém, como as tropas luso-brasileiras eram numericamente superiores, João Maurício não conseguiu êxito na ofensiva, e suas tropas se retiraram no dia 26 de maio de volta a Recife (Boxer, 1961).

A situação era desfavorável para os governantes de ambas as regiões, como afirma Boxer, “se as provisões escasseavam na Bahia, as coisas não iam melhor em Recife, onde João Maurício bradava que até os próprios ratos estavam morrendo de fome nos armazéns” (Boxer, 1961, p. 129).

Com isso, chegou a Salvador o novo governador-geral, marquês de Montalvão, e intensificaram-se os ataques campanhistas ao Brasil holandês (Mello, 2009). Segundo Boxer (1961, p. 130), “o conde da Torre procurava contrabalançar a sua irresolução inicial empreendendo uma política terrorista”.

Nos meses seguintes as tropas luso-brasileiras ocuparam o interior de Pernambuco e da Paraíba, de onde fosse possível atacar os holandeses pela retaguarda e incitar a rebelião dos moradores, enquanto esperavam a armada chegar por mar. As tropas em terra, porém, não deveriam atacar diretamente as guarnições holandesas, mas sim focar na devastação das plantações de cana de propriedade dos holandeses (Boxer, 1961). Já do lado holandês, segundo Mello (2009, p. 117),

“para resistir aos campanhistas, Nassau procurou obter o apoio da comunidade luso-brasileira, majoritariamente residente no campo”.

A guerra de represálias que lavrava agora no Brasil, ameaçando de estagnação toda a economia do país, fez com que ambos os lados se convencessem de que destruindo cada qual as plantações de cana-de-açúcar do outro, expunham as suas próprias lavouras à mesma ruína (Boxer, 1961, p. 138).

Consoante as batalhas navais e a formação da Assembléia de 1640 que aconteciam no Brasil, no ano de 1640, acontecia, na Europa, um golpe de Estado que pôs fim aos sessenta anos de domínio espanhol em Portugal, a cujo trono subiu o duque de Bragança, D. João IV (Mello, 2009). Segundo Boxer (1961, p. 142), “[...] quando essas notícias chegaram à Bahia, em 15 de fevereiro de 1641, o marquês de Montalvão obrigou os regimentos espanhóis e napolitanos da guarnição a se desarmarem”.

Graças à restauração portuguesa, Nassau negociou com o governador-geral, marquês de Montalvão, o fim das hostilidades entre o Brasil holandês e a Bahia. Por outro lado, a ruptura luso-espanhola oferecia uma oportunidade aos planos de expansão colonial da Companhia das Índias Ocidentais. Em 1641, seguindo os preceitos da WIC, Nassau despachou armadas para anexar Sergipe ao território Brasil holandês. A ocupação, no entanto, criou leve tensão entre os dois novos aliados, Portugal e Holanda (Mello, 2009). Segundo Boxer:

Todavia, estas festividades em honra ao novo monarca português não impediram João Maurício de planejar o prosseguimento da guerra contra os vassalos de D. João IV, tanto na África como no Brasil. Pretextando não poder cessar as hostilidades sem a autorização dos Estados Gerais e dos diretores, rejeitou polidamente a proposta que lhe fizera Montalvão de uma trégua local e temporária, sem prejuízo das negociações que se faziam na Europa para uma paz definitiva (Boxer, 1961, p. 149).

“A última conquista de João Maurício na América foi a ocupação de São Luís do Maranhão, em novembro de 1641” (Boxer, 1961, p. 152). Essa incoerência dos holandeses em manterem uma aliança com Portugal, enquanto iam se apoderando dos domínios portugueses em suas colônias, deixou um legado de ódio e ressentimento que iria custar caro em um futuro breve (Boxer, 1961).

Segundo Mello (2009), Nassau cultivou a amizade da comunidade luso-brasileira. Para Boxer (1961, p. 157), “não foi ele apenas um general competente e administrador de primeira classe, mas também um legislador sob muitos aspectos avançado para sua época. Vimos que ele se tomou de amores pelo Brasil desde o dia em que desembarcou no Recife”. Durante os sete anos de

governo, não poupou energias nem dinheiro, em seu esforço em prol do desenvolvimento da colônia (Boxer, 1961).

Melhorou e ampliou o Recife de então, dotando-o de novas (e pavimentadas) ruas, estradas e pontes. Na adjacente ilha de Antônio Vaz, lançou os fundamentos de uma nova cidade a que deu o nome de Mauritia, ou Mauritsstad, cuja localização corresponde ao coração da moderna cidade de Recife. Construiu nela duas espaçosas casas de campo, uma das quais provida de um bem sortido aviário, além de um jardim zoológico e outro botânico, onde deu expansão aos seus gostos, cultivando plantas frutíferas exóticas e transplantando árvores tropicais em larga escala. Fundou também o primeiro observatório astronômico e meteorológico do Novo Mundo, nele sendo guardados os registros relativos aos ventos e às chuvas. Teve mesmo em mente a fundação de uma universidade, que seria frequentada tanto pelos holandeses protestantes como pelos portugueses católicos, projeto que todavia nunca foi além do papel (Boxer, 1961, p. 158).

Para Ramos (2006), todas as partes constituintes da cultura de determinado grupo étnico sofreriam importante influência desde os primeiros contatos com o mundo exterior, no caso os holandeses, o que provocou verdadeira miscigenação cultural, condição básica para o surgimento de traços bastante originais na sociedade colonial brasileira em formação. O autor ressalta, “É impossível para qualquer cultura permanecer ileso quando posta em confrontação com outra diversa!”. Nessa perspectiva, os anos de governo nassoviano muito importaram para a formação de traços da nacionalidade brasileira, devido ao empenho de Nassau em contribuir para a evolução da região, realizando grandes obras, ganhando a amizade de luso-brasileiros, além de ameríndios que compunham suas tropas. Para Boxer (1961, p. 161), “é fora de dúvida que o maior bem possuído pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil era a personalidade e o caráter do governador geral, localmente intitulado príncipe de Nassau”.

Em 1643 Nassau deixa o Brasil, substituído por uma junta nomeada pela Companhia das Índias Ocidentais. Segundo Mello (2009, p. 176), “Nassau já se dera conta de que, em vez de consolidar o Brasil holandês, a restauração da independência portuguesa constituía uma ameaça ao seu futuro. Num erro de cálculo que ele criticou vigorosamente a direção da WIC”.

3.4 RESTAURAÇÃO LUSO-BRASILEIRA (1645-1654)

A junta que substituiu o conde de Nassau foi fortemente criticada e acusada de corrupção desde o início de seu governo pelos Países Baixos (Mello, 2009). Associado a esse fato, reduziu drasticamente o seu destacamento militar no Brasil (Boxer, 1961). Estes fatos, para Boxer (1961, p. 223), “puseram os diretores em risco a segurança da colônia e as relações pacíficas com Portugal”.

À primeira vista, os holandeses tinham motivos para seu otimismo, além de sua indiscutível supremacia dos mares, estavam firmemente instalados nos dois lados do Atlântico, tinham sete das quatorze capitanias no Brasil e uma série de fortalezas ao longo do golfo de Guiné e de Angola. Já Portugal estava em uma situação crítica, com seu poderio bélico ainda em recuperação desde a separação da Coroa Ibérica e neste momento estavam todos seus esforços concentrados contra a Espanha (Boxer, 1961).

O rei D. João IV pedia insistentemente a restituição dos territórios coloniais tomados dos portugueses nos anos de 1641 a 1644. Porém as províncias unidas, pelo menos algumas delas, se mostraram antipáticas em relação a aceitar esse pedido, já que essa decisão dependia do consentimento unânime dos sete estados provinciais, e nada foi acordado (Boxer, 1961).

Já no Brasil, nessa época, surgia uma importante figura que posteriormente lideraria uma revolta geral dos moradores de Pernambuco (Boxer, 1961). João Fernandes Vieira¹³, o segundo maior devedor da WIC, pôs-se à frente da insurreição (Mello, 2009).

Os motivos da insurreição foram expressos num documento redigido em Pernambuco. Foram eles; a tirania dos holandeses e a falta de respeito à liberdade da religião católica; a imposição de preços altos para mercadorias e baixos para o açúcar, além de restrição à venda pelos portugueses; a quebra frequente de contratos pelos holandeses, o abuso e desrespeito dos soldados e capitães holandeses contra as mulheres portuguesas; os furtos contínuos nas casas dos portugueses; os impostos insuportáveis sobre a população e a extorsão econômica praticada pelos judeus do Recife contra os portugueses (Calado apud Mello, 2009).

Este documento revela a insatisfação com os holandeses na região, além da disposição local em expulsar esses invasores que estavam oprimindo a população local. Aliado a esse fato, ainda existia a diferença religiosa entre os dois povos, fator à época extremamente motivacional para rebeliões.

¹³ João Fernandes Vieira era hábil comerciante e quase mulato. Rapidamente tornou-se um dos mais influentes e rico senhor de engenho de Pernambuco. Tinha forte personalidade política, era astucioso, ardiloso, envolvente, persuasivo, tolerante, religioso e prestativo (ajudava os pobres e miseráveis, negros e índios, sem distinção de raça). Fernandes Vieira contraiu diversos empréstimos junto ao governo holandês no Brasil para aplicar nos seus engenhos. Seus compromissos não eram saldados, muito pelo contrário, devido a sua habilidade e influência, suas dívidas eram roladas e cada vez se tornavam maiores. Era um senhor de engenho rico, porém endividado. Participou da vida social holandesa como se fosse um deles. Era respeitado e gozava de grande prestígio. Com a saída de Nassau, a situação dos comerciantes patriotas tornou-se difícil e insuportável, as cobranças de impostos se tornaram abusivas. Fernandes Vieira liderou a “Insurreição Pernambucana” por patriotismo ou por pressão financeira? O que importa é que, nesse momento difícil, assumiu a liderança da guerra, chamando-a de “luta pela liberdade divina”. Em 23 de maio de 1645, liderou os dezoito patriotas na assinatura do Compromisso Imortal, onde pela primeira vez, no continente americano foi proferida a palavra “Pátria” (CCOMEX, 2023, p.43).

As tropas de Fernandes Vieira eram compostas por diferentes regimentos, incluindo: o regimento de João Fernandes Vieira, formado principalmente por mulatos e recrutados em Pernambuco; o regimento de infantaria portuguesa trazido da Bahia por André Vidal; o regimento de índios potiguares, liderados por D. Filipe Camarão; por último, um regimento formado por negros, mulatos e escravos libertos, sob o comando do veterano negro Henrique Dias (Boxer, 1961).

Um dos primeiros atos de Fernandes Vieira foi conquistar o forte de Serinhaém e o forte de Pontal. Nas palavras de Capistrano de Abreu (1982, p. 102), “para se ajuizar da importância deste ponto basta lembrar que Matias de Albuquerque nunca mais assistiu no arraial de Bom Jesus depois de tomado o Pontal”. Nesse sentido, a restauração luso-brasileira começava no ponto em que findara a conquista holandesa em 1635 (Abreu, 1982).

Formou-se, às margens do rio Capibaribe, um novo arraial e deram-lhe o nome de Arraial Novo do Bom Jesus. Dali partiriam ataques incessantes contra Recife (Abreu, 1982).

[...] e o nosso poder não constava de mais que de 2200 homens, em que entrava o terço dos pretos do governador Henrique Dias e o dos índios, do capitão-mor Camarão, porquanto ficaram as estâncias providas com trezentos homens. Com este limitado poder, marchei para os outeiros dos Guararapes, e depois de os passar, fiz alto na baixa deles, formando a infantaria pela melhor forma e modo a que o terreno me deu lugar. Naquele sítio, passei a noite. Ao outro dia, que era domingo da Pascoela, 19 de abril, levantou o inimigo seu exército. Vindo marchando para os nossos, começaram os batedores a peleja; e tanto que o inimigo se descobriu pelo alto dos montes Guararapes, mandei tocar a investir, tendo posto na vanguarda ao mestre de campo Fernandes Vieira, e para dar nos lados do inimigo o capitão-mor Camarão de uma parte, e da outra o governador Henrique Dias (Varnhagen, 1871, p. 233).

Este trecho diz respeito à primeira batalha dos Guararapes em que houve uma vitória triunfal das tropas brasileiras. Segundo Boxer (1961), do lado holandês morreram mais de quinhentos, inclusive 48 oficiais e 2 coronéis, além de outro coronel ser levado como prisioneiro. Já do lado português, morreram cerca de 80 combatentes. “Os portugueses sentiam-se muito animados com o seu sucesso, ao mesmo tempo que os holandeses estavam abatidos na mesma proporção” (Boxer, 1961, p. 278).

“À primeira seguiu-se a segunda batalha dos Guararapes, em 19 de fevereiro de 49, com o mesmo resultado contrário aos flamengos. Depois dela não houve mais combates notáveis por terra nem por mar” (Abreu, 1982, p. 103). De acordo com Oliveira (2010), “o Exército Brasileiro tem suas raízes nas Batalhas de Guararapes, na luta pela integridade territorial do Brasil”.

A partir da segunda batalha dos Guararapes, foram caindo um a um os fortes holandeses, de modo que, em 26 de janeiro de 1654, assinava-se a capitulação da Taborda, e terminava esta guerra, levada quase sem interrupções durante trinta anos (Abreu, 1982).

Por fim, nas palavras de Capistrano de Abreu (1982, p. 104),

Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina.

Sob o ideal comum de repelir os invasores do Brasil, formou-se uma ligação, imperfeita, superficial, mas um princípio de ligação, entre os diversos elementos étnicos. Vencedores da guerra, os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis (Abreu, 1982).

4 IDENTIDADE NACIONAL E SEU DESENVOLVIMENTO NA SOCIEDADE

A identidade nacional nasce de uma invenção (Thiesse apud Fiorino, 2019). “Ela condensa-se numa alma nacional, que deve ser elaborada” (Fiorin, 2019, p. 116).

Para Mattoso, a identidade nacional resulta da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma colectividade humana (Mattoso, 1998). Além disso, para Thiesse, era necessário buscar algo que pudesse ser um testemunho de um passado prestigioso e a representação iminente da coesão nacional (Thiesse apud Fiorin, 2009).

Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica (Thiesse apud Fiorin, 2009, p. 116).

A consciência de pertença a um determinado país exprime-se por meio de uma ideia que pode ser traduzida na frase ‘nós somos portugueses, os outros são estrangeiros’. Ou seja, o grupo ao qual pertencem tem condições comuns que nos caracterizam como portugueses e nos distinguem de outro grupo que não detém essas características, por serem estrangeiros (Mattoso, 1998).

Em alguns casos os fenômenos culturais terão maior peso na formação da identidade nacional, em outros serão os acontecimentos políticos os mais decisivos, em outros, ainda, os fatores econômicos ou sociais. Nesse viés, revela-se que nem todos os países seguiram a mesma evolução e o processo de formação da nacionalidade não é homogêneo. A diversidade nacional

resulta da forma como se conjugam os vários elementos constitutivos das suas sucessivas expressões históricas (Mattoso, 1998).

“Começa-se, no Romantismo, a construir a noção de que a cultura brasileira se assenta na mistura” (Fiorin, 1998, p. 119). O brasileiro seria a síntese do português que acolhe os valores da natureza e do índio que aceita os valores cristãos, tal qual representado no romance **O Guarani**, de José de Alencar (Fiorin, 1998).

“Na primeira metade do século XX, há outro movimento de construção identitária, que se assenta também sobre a mistura, pois considera a mestiçagem como o jeito de ser brasileiro” (Fiorin, 1998, p. 120).

Um fator associado ao surgimento de uma identidade são os conflitos intergrupais, uma vez que eles podem ser considerados um fator de coesão social, o que contribui para a construção do sentimento de identidade nacional (Colley apud Leite, 2018). Quando as pessoas de um país se conectam com outras nações, isso pode validar e dar significado à sua identidade nacional. (García-García apud Leite, 2018).

“Tanto o nacionalismo, enquanto sentimento de pertença a uma nação, como o patriotismo, enquanto sentimento de lealdade característico apenas daquelas pessoas que se sentem parte dessa nação, seriam fatores explicativos da identidade nacional” (Leite, 2018, p. 4).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As invasões holandesas podem ser observadas por diversas perspectivas como observado neste trabalho. Essa parte da historiografia brasileira foi contada por autores de diversas nacionalidades, podemos citar, entre elas, britânica, holandesa, brasileira e portuguesa.

Ao analisar alguns de seus aspectos, sobretudo históricos e sociológicos, pode-se observar que a presença dos holandeses no Nordeste brasileiro, entre os anos de 1630 e 1654, relaciona-se consideravelmente com o desenvolvimento de certos traços da identidade nacional.

Apesar de não existir uma ligação direta e imediata entre o desenvolvimento da identidade nacional e o período das invasões holandesas, analisado durante o trabalho, isto se deve ao fato de que o conceito de identidade nacional só começou a ser trabalhado no século XIX, mais especificamente, durante o romantismo, já a narrativa analisada se passa no século XVII.

Entretanto, a historiografia nos mostra que muitas características, hoje em dia, são consideradas formadoras da identidade brasileira, e podem ser resgatadas nos povos que lutaram

contra a invasão holandesa naquela época. A mistura das três etnias, indígena, negra e branca, que lutaram contra o inimigo em comum, os povos batavos, se assemelha muito à imagem do brasileiro que tentaram criar no romantismo brasileiro, o índio que assimila as crenças católicas se relacionando com o português que aceitou a natureza brasileira, tal qual a história do livro **O Guarani**. Nessa perspectiva, os combatentes luso-brasileiros que lutaram contra o invasor holandês, por motivos religiosos, econômicos e sociais já citados no trabalho, passaram por condições semelhantes às dos personagens retratados no livro **O Guarani**, condições essas causadas pela interação entre o português, o índio, o negro e o holandês. Logo, retratam imagem semelhante à do brasileiro que foi proposta durante o romantismo.

As invasões holandesas podem ser divididas em três períodos, como observado neste trabalho. Os dois períodos de guerra, claramente, podem ser relacionados com a formação de certos traços da identidade nacional, na perspectiva de que os cidadãos de Pernambuco, Recife e Olinda e outras regiões se juntaram sob o pretexto de combater o invasor holandês, como observado na criação do arraial Velho do Bom Jesus e nas duas batalhas dos Guararapes. Nesses eventos a característica mais marcante é a união das pessoas que viviam na região contra o inimigo estrangeiro. Essa interação de união de um grupo para conflitar com outro grupo é um dos fatores contribuintes para a construção de uma identidade nacional.

Porém mais interessante se mostra o fato de que, mesmo no período de paz, marcado pelo governo de Maurício Nassau, podem ser retirados trechos da história que ajudam no desenvolvimento de traços da identidade nacional. A paixão cultivada por Nassau pelo Brasil e a amizade da comunidade luso-brasileira permitiram a Nassau desenvolver, principalmente, a cidade de Recife, onde criou monumentos culturais que permanecem até os dias atuais. Além disso, muitas representações artísticas desse período são de autoria dos artistas trazidos para o Brasil pelo governante holandês. Nesse viés, é possível perceber que este período foi responsável pela construção de monumentos culturais e lugares importantes, elencados como elementos simbólicos necessários para uma nação.

Além disso, esses anos em que os holandeses se fizeram presentes no Nordeste brasileiro influenciaram na criação de diversos heróis, tais como, João Fernandes Vieira, Antônio Felipe Camarão e Henrique Dias. Outro aspecto foram as táticas de guerrilhas utilizadas pelos combatentes luso-brasileiros e a forma com que eles lutavam nas batalhas, fatos tratados por muitos autores como um modo de combate brasileiro, ao misturar a doutrina militar europeia e indígena. Essa mistura de táticas foi base para se desenvolver a maneira de se combater em cenários de selva, por

exemplo. Ao considerar que, atualmente, o Exército Brasileiro é referência mundial em combate na selva, reconhecer que a base dessa doutrina teve grande influência da maneira com que os combatentes luso-brasileiros lutavam suas batalhas, no período das invasões holandesas, tornou-se motivo de orgulho, o que remete ao passado prestigioso e a representação da coesão nacional defendidas como elementos formadores da identidade nacional.

Portanto, a presença dos holandeses em território nordestino forçou a população local a combater em defesa da região contra um invasor estrangeiro. Mesmo considerando que não se tratava da defesa da nação brasileira e não existisse a concepção de pertencer ao Brasil, é possível resgatar que esse processo histórico contribuiu para o desenvolvimento de certos traços da identidade nacional que conhecemos hoje. Esses traços podem ser observados na doutrina militar praticada pelo Exército Brasileiro; no sentimento de que o brasileiro é um povo miscigenado, formado pela mistura de diversas culturas, costumes, etnias e raças, sem que isso interfira no sentimento de pertencimento ao grupo; na paixão envolvida entre o brasileiro e as belezas naturais, monumentos culturais e lugares importantes que estão espalhadas pelo território nacional e na noção de considerar o território como seu e, por isso, lutar pela defesa de sua integridade. Por isso, pode-se afirmar, que a presença holandesa no Nordeste brasileiro contribuiu para o desenvolvimento de certos traços da identidade brasileira, uma vez que este evento traz características suficientes para se construir esta relação, como elencado anteriormente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Brasília: Universidade Brasília, 1982. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em:
https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.
- BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. Disponível em:
<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/360/1/312%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- CAMPOS, Flávio de. **História ibérica**. Apogeu e declínio. São Paulo: Contexto, 1991.
- CCOMEX, Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro. **Patriarca João Fernandes**. Brasília, 2023. Disponível em:
<https://www.dphcex.eb.mil.br/images/PRVT/CARTILHA-3---patronos-heris-e-personalidade-s--A3-Verso-provisoria.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, n. 1, 2009. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/download/3002/1933>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- LEITE, Eldo Lima *et al.* Nacionalismo, patriotismo e essencialismo na construção da identidade nacional brasileira. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 2063-2075, 2018. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v26n4/v26n4a13.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- MATTOSO, José. **A Identidade Nacional**. 1998. Disponível em:
<https://civilizacaoiberica.files.wordpress.com/2010/08/jose-mattoso-a-identidade-nacional-pdfrev.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- MELLO, Evaldo Cabral. **O Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. Disponível em:
<https://guiadeturismornsite.files.wordpress.com/2017/02/o-brasil-holandese-evaldo-cabral-de-mello.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- OLIVEIRA, Leandro Vilar. Relatos de trincheira: o diário de Ambrósio Richshoffer sobre as guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba (1631). **Revista Universitária de História Militar**, v. 7, n. 14, p. 115-137, 2018. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6598285>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- PIMENTEL, Helen Ulhôa. **Portugal na União Ibérica**: algumas reflexões sobre razões e mitos. 2006. Disponível em:

<https://www.gti.uniceub.br/face/article/view/40>. Acesso em: 05 mar. 2024.

RAMOS, Frank dos Santos. **As representações da invasão holandesa ao Brasil nos livros didáticos: imagens, realidades e omissões**, 2006. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frank%20dos%20Santos%20Ramos.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

RICHSHOFFER, Ambrosio. **Diário de um soldado da companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)**; traduzido do raríssimo original alemão e anotado por Alfredo de Carvalho, 1897. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7356>. Acesso em: 07 abr. 2024.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. **História das Lutas com os Holandeses no Brasil**, desde 1624 a 1654, 1871. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000010505&bbm/7203#page/8/mode/2up>. Acesso em: 14 abr. 2024.

VIEIRA, Hugo Coelho *et al.* **O Teatro da Guerra e a invenção do Brasil Holandês: o esforço das duas coroas na retomada pela Capitania de Pernambuco, de 1630 a 1635**, 2011. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/4736/2/Hugo%20Coelho%20Vieira.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.